

Uma crise inédita do capitalismo, tanto em suas características quanto em sua gravidade: análise e perspectivas

PHILIPPE ZARIFIAN

As declarações e políticas dos governantes dos 20 principais países capitalistas do planeta

HÁ ALGO de estarecedor nas declarações e nas medidas já tomadas e anunciadas pelos principais países capitalistas do mundo. Limitar-me-ei a uma constatação que todos podem fazer: esses governantes, os grandes Estados capitalistas (dentre os quais a China e o Brasil encontram-se bem colocados) e as grandes instituições financeiras internacionais sempre estiveram alguns vagões atrasados no desenrolar da crise.

Falaram de uma *simples crise interna nos mercados financeiros* destacando sua transparência e sua regulação e deram a entender que a questão central era: pôr ordem nesses mercados. Contudo, estritamente nenhuma medida foi tomada até o momento nesse sentido, embora, em princípio, fosse o que havia de mais fácil a fazer. Nada! Durante esse curto período, a crise bancária se preparava. Quando a crise bancária tornou-se evidente, todos a notaram e precisaram, para evitar um desmoronamento do “castelo de cartas” do sistema bancário, anunciar o levantamento de montantes astronômicos de dinheiro (700 bilhões de dólares aos Estados Unidos, jamais se viu!) para garantir a situação dos bancos e intervir diretamente para apoiá-las (as participações diretas dos Estados no capital, como no caso do Reino Unido, não constituem uma real nacionalização: é uma situação, transitória, para reinjetar os fundos próprios e “moralizar” o comportamento dos dirigentes daqueles bancos). Nenhuma transformação maior pode ter esse resultado e absolutamente nada indica que o governo inglês, o primeiro a agir dessa forma, seguido agora pelos Estados Unidos, imagina fazer algo diferente de uma ação de puro salvamento em curto prazo.

E, antes mesmo de a crise bancária ser acobertada, eis que os governantes fazem uma grande descoberta: *trata-se de uma crise econômica!!!* Nós vivemos o momento dessa grande descoberta e estamos no limite de uma situação burlesca.

Pois de que crise econômica se trata? Quais são suas causas? Como enfrentá-la de maneira eficaz? Sobre essas questões: silêncio! Vivemos o começo de

uma crise econômica grave, cuja causa nenhum governo ou especialista internacional consegue explicar. Constatamos, já com bastante atraso, a existência de uma crise econômica (e não simplesmente financeira), mas ninguém, dentre os grandes dirigentes e especialistas, forneceu alguma explicação para caracterizá-la. Tiraram do chapéu uma solução miraculosa: *um plano de estímulo!*

Sim, mas estímulo de quê? Baseando-se em que tipo de análise provamos que isso traria no mínimo um começo de solução para a crise? Nós só copiamos receitas de outras épocas, a época dos estímulos ao estilo keynesiano. Além disso, nem mesmo é certo, já que a flutuação é grande, que se trata do estímulo que Keynes chamava de demanda efetiva. É bem possível que não sigamos a política preconizada por Keynes e que esse estímulo se pareça com a operação efetuada pelos grandes bancos, e não seja mais do que:

- um socorro de curto prazo direcionado às grandes firmas para evitar sua falência e obrigá-las a reduzir fortemente seus custos, o que terá, em curto prazo, um efeito recessivo, como é o caso do setor automobilístico!
- e estímulo da atividade pela construção de infraestruturas financiadas pelo Estado, que apenas atingirão uma pequena parcela das empresas e não terão efeito algum sobre a demanda efetiva dos cidadãos.

Em suma: um segundo remendo, também demasiadamente dispendioso. E cada um de nós pode se perguntar: após esses remendos no sistema bancário e, em breve, na situação de grandes empresas globalizadas, quem pagará a grandiosidade desmedida dos valores disponibilizados? Fala-se, por exemplo, de um plano de estímulo acertado dentro da União Europeia de 130 bilhões de euros. Onde os Estados, especialmente os que já estão muito endividados, como é o caso francês, encontrarão dinheiro? Pois, se somarmos plano de salvação dos bancos, e agora plano de estímulo econômico, chegaremos a quantias tão fabulosas que os próprios Estados cairão na tormenta da crise. O Estado americano já está superendividado e gastará um total de quase 1,4 trilhão de dólares (700 bilhões para suporte imediato dos bancos e da indústria automobilística e cerca de 700 bilhões para o plano de estímulo). A próxima etapa dessa desestabilização é a crise financeira dos Estados.

Todo o mundo sabe o que significa superendividamento: uma situação na qual as entradas de dinheiro são amplamente sugadas pelo reembolso das dívidas, a tal ponto que é necessário buscar novos créditos... para continuar reembolsando as dívidas já contraídas! Créditos antigos atraem créditos novos, criando um círculo vicioso infernal. E, no caso dos grandes Estados capitalistas, não há recurso possível. Não existe, como é o caso das famílias na França, comissão de superendividamento capaz de aliviar um pouco o fardo da dívida!

A verdadeira resposta todo o mundo conhece: estamos indo, com esse tipo de medida e em vista da amplitude das somas de dinheiro colocadas em jogo, rumo a *uma brutal alta da tributação* sobre as pessoas físicas, sobre os “simples

cidadãos”, agravando ainda mais uma das causas principais da crise. Este resultado é certo. O único fator desconhecido diz respeito à sua magnitude.

Ao mesmo tempo, engendramos novas relações de força em escala mundial, pois quem financia o déficit (os déficits na realidade, pois, no caso da França, ao déficit e à dívida do Estado acrescentamos a deterioração das finanças locais, sem falar do déficit da balança comercial)? A resposta é simples: os grandes banqueiros do mundo atualmente são a China, o Japão, os Estados produtores de petróleo, aos quais é bem possível que se una... a Rússia! Esses estão se tornando as principais potências financeiras do planeta. A saída da crise, se é que há uma saída, apresentará uma imagem geopolítica nova, com um mundo anglo-saxão que foi dominante no primeiro período, durante os últimos decênios, tornando-se uma potência claramente enfraquecida, precipitando uma evolução das relações de força que vimos chegar de longe. E um mundo europeu, no seio da União Europeia, clivado.

De um lado, vê-se claramente, os novos países europeus, em particular os que eram ligados ao império soviético e se integraram ou desejam integrar-se à União Europeia, sofrem muito, a ponto de já estarem lançando apelos urgentes ao FMI. Se a crise durar, o que é mais provável, em que situação vão se encontrar? A Hungria, por exemplo, já está pedindo socorro ao FMI, enquanto a crise está longe de ter mostrado sua real dimensão. A União Europeia pode estourar, ao menos “na realidade”, mesmo se as aparências forem mantidas. Não será possível ajudar todos os países. A Comissão Europeia não tem os meios para tanto. Por seu turno, os países do Oeste Europeu, com exceção da Grã-Bretanha, podem resistir melhor, considerando-se o que resta das instituições e dos comportamentos social-democratas.

É a única afirmação que podemos fazer. O caso da França, há muitos anos, é intermediário. A influência das políticas anglo-saxônicas foi tamanha, sobre o plano institucional e ideológico, que a França corre claramente o risco de ser mais prejudicada do que a Alemanha, por exemplo, e do que, certamente, os países nórdicos. E se os banqueiros do mundo estão perdendo o fôlego, em particular a China, pois a crise começa a atingi-los, não estamos imunes a um desmoronamento do valor das moedas, o que é, tecnicamente falando, o estágio mais avançado da crise: podemos passar brutalmente de uma desinflação a uma hiperinflação.

É necessário, contudo, ressaltar o seguinte: quando estamos diante de uma crise de tal magnitude, já atual e potencial, crise que parece muito mais com um desmoronamento ou *uma desestabilização* do que com uma crise no sentido habitual, cíclico do termo, não devemos esperar que ela se resolva mecânica e espontaneamente. Nenhuma crise ou desmoronamento do capitalismo permite, por si só, sair disso. Qualquer que seja o preço a pagar, o capitalismo estará sempre apto a sobreviver. Só podemos superá-lo por uma ação e por medidas políticas radicais, não anticapitalistas, mas pós-capitalistas, alternativas. Não há

nenhuma solução, nenhuma saída que seja de natureza puramente econômica. Acredito que as palavras “desmoronamento” ou “desestabilização” sejam claramente mais rigorosas que a palavra “crise”, mas elas têm o inconveniente de deixar transparecer que a “morte” do capitalismo poderia resultar do simples desmoronamento econômico, ideia perfeitamente falsa, com certeza. Num plano estritamente econômico, o capitalismo é um modo de produção muito adaptativo e flexível: ele pode se reerguer, mesmo em detrimento de danos humanos consideráveis e de um forte recuo da democracia. Como a crise é inédita, parece-me impossível, quando não inútil, especular sobre a forma que ela tomaria.

Em suma: *as medidas tomadas atualmente pelos governos e dirigentes das grandes instituições financeiras são dementes, quase irracionais!* Podemos explicá-las por sua preocupação de salvar os grandes protagonistas do sistema capitalista. É o papel desses governantes. É a razão principal e é lógica. Mas não podemos excluir a hipótese segundo a qual estes últimos estão totalmente desorientados, quando não em situação de desespero. Eles não compreendem mais nada da crise que ajudaram ferozmente a criar! É sem dúvida por essa razão que eles não compreendem nada! É muito difícil, e mesmo impossível, a essa casta dirigente questionar um quarto de século de orientações e de medidas governamentais que levaram à crise atual. Crises de mercados financeiros, crise do sistema bancário, crise econômica: que descoberta tardia nossos governantes e especialistas ainda farão?

A crise social simplesmente! Ela já está aí. É certo que ela vai aumentar. Quando é que os governos vão “descobri-la”? E estes últimos terão condições de enfrentá-la? Constatemos desde já, no processo das “descobertas” realizadas pelos governos, que a crise social vem em quarto plano. *Será a quarta roda da carroça!* Uma crise social sem dúvida acompanhada de uma alta dos impostos e adiantamento de toda natureza, sem contar, logicamente, os efeitos sobre os funcionários públicos e congêneres, as reduções dos efetivos e do “padrão de vida” do Estado: o quadro é negro!

O “social” é a última roda da carroça. Isso logo será sentido! A crise social é e será tanto mais difícil, pois nada foi feito para amortecê-la. O caso da França é emblemático: absolutamente todas as medidas estudadas e já amplamente iniciadas, no programa do candidato Sarkozy, estão *totalmente caducas*, pois se assentavam sobre a hipótese de um crescimento forte e sustentável. O princípio “*trabalhar mais para ganhar mais*” não tem mais nenhum sentido, e, além disso, o governo evita tocar no assunto, pois sua única consequência só pode ser: mais desempregados e um aumento do déficit do Estado. Isso vale para todas as medidas de Sarkozy. Consequência: ele navega ao sabor dos ventos e cuida da aparência para não necessitar falar da essência. Não estou com isso afirmando que possa haver algo de maquiavélico em suas atitudes. Ele continua um hábil político, apto a zelar por sua imagem e se valoriza pessoalmente, já que só vai atrás de medidas caducas com as que foram tomadas nos últimos tempos. Mas,

apesar de não estar na cabeça dele, estou persuadido de que ele fala e age em completo desespero intelectual. Que ele consiga recriar pseudoempregos com auxílio é uma declaração de total impotência: ele faz o contrário do que havia dito! Mas pouco importa: ninguém mais presta atenção! Quanto à oposição socialista, melhor nem falar!

A crise, que crise? A crise vista pelo lado do capital

É necessário mergulhar fundo no problema para tentar caracterizar as causas e a natureza inéditas da crise que vemos se desenrolar sob nossos olhos.

Eu gostaria de defender *as três teses seguintes*:

- Essa crise (eu conservo a palavra “crise” por razões puramente práticas, ficando claro que não se trata absolutamente de uma crise cíclica) começou a germinar desde início/meados dos anos 1980, há quase um quarto de século. Para compreender essa crise, é preciso voltar e compreender o que foi a viragem daquela época. Na França, podemos situá-la entre 1982 e 1984. Em 1982, a orientação da política econômica muda. Nos anos que se seguem acontece a guinada. Os fatores dessa crise se desdobram e passaram a agir desde então, o que já indica a profundidade da crise atual!

- A característica central dessa crise, como crise do capitalismo, em sua lógica própria e em um novo ambiente (globalização e financeirização), reside *numa disjunção estrutural entre trabalho assalariado e capital em escala mundial*. Desde Marx, sabemos que não existe capital sem trabalho assalariado, e o inverso também é verdade! *Essa disjunção, acompanhada de uma desconexão relativa, mina o desenvolvimento do capital na fonte mesma de sua produção*. Rigorosamente falando, de um ponto de vista econômico (de economia capitalista), é necessário se concentrar sobre o trabalho assalariado produtivo, sabendo que a relação capital-trabalho pode se referir a todo tipo de produção: produção industrial, agrícola, de serviços, intelectual... é a relação social que importa e não a materialidade da produção.¹ Mas, do ponto de vista social, os assalariados formam um todo: fazem parte dos assalariados os trabalhadores ativos, mas também os desempregados, os precários, os aposentados e, de certa forma, os jovens que estão estudando para se tornarem assalariados. Eis por que falarei, mais profundamente, de uma disjunção e desconexão entre assalariados (e não somente de trabalho assalariado) e capital.

- Enfim, se não nos fecharmos apenas no ponto de vista do capital, a crise significa uma desconexão entre o desenvolvimento, portanto a valorização do capital, de um lado, e a fundação de novas formas de vida humana, de outro. Reunimos assim na análise crise ecológica e crise da política. E integramos a questão essencial, que subitamente se tornou atual, *ou seja, a superação do assalariado*. Abordarei este ponto a seguir, ainda que não possa me estender muito sobre ele, em função das limitações de espaço deste artigo.²

A mudança em meados dos anos 1980

Os anos 1970, cumpre lembrar, foram caracterizados por uma primeira

crise que durou mais de 10 anos. Suas precondições apareceram em 1969 – ainda que queiramos guardar somente o ano de 1973, data da quadruplicação do preço do petróleo. Ela se mantém até 1982-1983 (o ano de 1981 representando, na França, *o ano mais negro, em que a crise atinge o seu auge*). E a economia se aquece novamente em seguida. Mas notaremos que se trata de uma economia profundamente mudada.

A crise dos anos 1970 é uma crise cíclica clássica. Convém lembrar que, apesar de tudo, seu preço foi pago:

- por grandes planos de fechamentos de fábricas e de reestruturação industrial;
- por um primeiro aumento forte do desemprego (aumento que se altera na França em 1975);
- por um movimento chamado de “novo desdobramento industrial”;
- e, enfim, por um forte refreamento dos investimentos privados, o essencial do crescimento do investimento da época recaindo nos planos de envergadura lançados pelas grandes empresas nacionais (GEN) e financiadas pelo Estado: Société Nationale des Chemins de Fer (SNCF), Electricité de France (EDF) – Gaz de France (GDF), France Télécom. Em termos técnicos: o engajamento direto do Estado na economia, pelo intermediário das GEN, teve um notável papel contracíclico, já que foi ele que aguentou o crescimento da época. Mas desaguamos no início dos anos 1980 sem fôlego em detrimento desses planos de investimentos e de um primeiro déficit de Estado.

Podemos dizer, para ficar mais claro, que, salvo as GEN, *tudo envelheceu durante 10 anos*: os equipamentos, os métodos de produção e os homens e mulheres no trabalho. Mas o que ocorre ao término dessa crise cíclica?

Tudo iria mudar rapidamente:

- globalização (e não somente internacionalização: as firmas visam diretamente a um espaço mundial);
- financeirização;
- redistribuição brutal do valor agregado entre lucros e remuneração salarial, com a participação deste último baixando muito a uma velocidade inédita até o final dos anos 1980, para continuar a baixar, mas a um ritmo menos rápido depois disso;³
- aumento endêmico e permanente dos déficits públicos, e, portanto, da dívida pública (os Estados Unidos mostram o exemplo e abrem o caminho);
- destruição parcial dos sistemas de proteção social, nos lugares onde existiam;
- aparecimento de novos protagonistas: os fundos ditos de investimentos, que, na realidade, são fundos de aplicação financeira: fundos de pensão americanos, fundos de investimento propriamente dito e os fundos

mais especulativos, os *hedge funds*. Esses novos protagonistas vão modificar profundamente as regras do jogo. Eles serão, posteriormente, integrados ao que chamamos de “fundos soberanos”, fundos dependentes do Estado ou fortemente ligados a esse: China e países essencialmente produtores de petróleo que se tornaram, com o Japão, os maiores credores do planeta;

- enfim, a partir da metade dos anos 1980, aparece um novo fenômeno por sua magnitude: a precarização, a difusão do recurso ao trabalho precário (na França, é em 1985 que os contratos de duração determinada (CDD) e formas equivalentes são legalizados, sendo seguidos pela criação de empregos jovens).

Poderíamos aumentar a lista, mas é necessário, sobretudo, guardar essa ideia: em pouco tempo, a paisagem econômica e social muda profundamente. Entramos realmente em *um novo período da história do capitalismo*.

Parece, porém, importante caracterizar esse novo período de um ponto de vista político, pois isso tem uma importância crucial, até mesmo para compreender a crise atual. Nesse novo período, *o capital passa à ofensiva* e ele não deixará de conservá-la. Vai permanecer assim. Essa ofensiva se caracteriza claramente pelo aumento de seu espaço, o que a globalização e a mutação dos países ditos “socialistas” permitem. Ela se caracteriza também pela intensidade: em todas as frentes, o capital faz pontos e coloca o trabalho em situação de recuo, de retração. Em resumo: no momento em que o termo *luta de classes* deixava quase completamente de ser empregado, *o capital o leva com força e constância*. O capital não é uma abstração: é a composição entre as empresas globalizadas e sua esteira de terceirizados, os bancos e os novos atores/agentes do capital de investimento.

Todos os partidos políticos institucionais, que terão acesso às responsabilidades governamentais, vão, sem exceção, participar dessa ofensiva do capital:

- dando-lhe meios legais para conduzi-la (a coleção de leis favoráveis aos patrões é impressionante!);
- sustentando-a financeiramente, mediante o auxílio ao emprego (o que é de um perfeito cinismo);
- e se afastando de novos territórios (as empresas públicas, os serviços públicos, e atualmente os sistemas de redistribuição social que são tomados repentinamente pelas grandes companhias de seguro) para deixar território livre a essa ofensiva;
- e encarregando-se, ao menos em parte, dos custos sociais dessa ofensiva, em particular do aumento do desemprego, da precariedade e da pobreza.

Alguns poderiam objetar dizendo que houve, durante esse período e apesar de um enfraquecimento generalizado das organizações sindicais em todos os grandes países capitalistas, movimentos sociais de certa envergadura. Mas precisamos nos manter lúcidos: essas lutas, além de terem sido sempre defensivas,

ou seja, terem tido o objetivo de limitar ou bloquear uma ofensiva do capital, elas não pesaram. E estamos, neste momento, com os pés enterrados nesse período.

Se observo o aspecto legislativo, concentrando-me na França (que não é o pior país nesse aspecto), podemos constatar que desde a mudança no começo dos anos 1980, *absolutamente todas as leis e todos os decretos foram favoráveis ao capital! É realmente estupefaciente!* Jamais se viu tal desequilíbrio. Não quero minimizar a diferença entre governos de esquerda e de direita, mas, na essência, a orientação foi e permanece idêntica.

A única lei que poderíamos contrapor a essa análise é a lei das 35 horas.⁴ Mas, por ter participado das discussões que precederam as duas leis sobre esse assunto e ter feito parte de um grupo de trabalho, organizado por Martine Aubry, quero assinalar que havia pontos de fraqueza evidentes nessa lei, dentre os quais destacaríamos: uma completa polarização sobre o efeito “emprego” e o esquecimento de um elemento essencial: o conteúdo e a intensidade do trabalho. Esse esquecimento é voluntário: a ministra do Trabalho não quis que esse aspecto fosse tratado pela lei. Ela fez essa escolha com conhecimento de causa, para evitar o confronto com o patronato. O resultado é conhecido: um aumento da intensidade do trabalho e um efeito “emprego” claramente menor do que poderia ter sido. Isso aparece claramente nas estatísticas acerca das condições de trabalho e da produtividade aparente do trabalho. Eis por que não considero a lei de 35 horas um contraexemplo, mesmo se, incontestavelmente, uma parte dos assalariados (mas somente uma parte, estatisticamente desconhecida, pois ignora-se o número de empresas que simplesmente não aplicaram a lei!) ganhou em horas ou dias de folga. É realmente um ganho pequeno, se comparado ao resto!

Não compreenderíamos nada sobre a gravidade da crise atual se esquecermos dessa ofensiva política do capital, que dura já quase um quarto de século, com o apoio que os governos sucessivos, de direita ou de esquerda, lhe trouxeram e em todos os grandes países capitalistas.

A disjunção e a desconexão entre o capital e o salariado, fator-chave da crise

Chego assim ao fator essencial da crise.

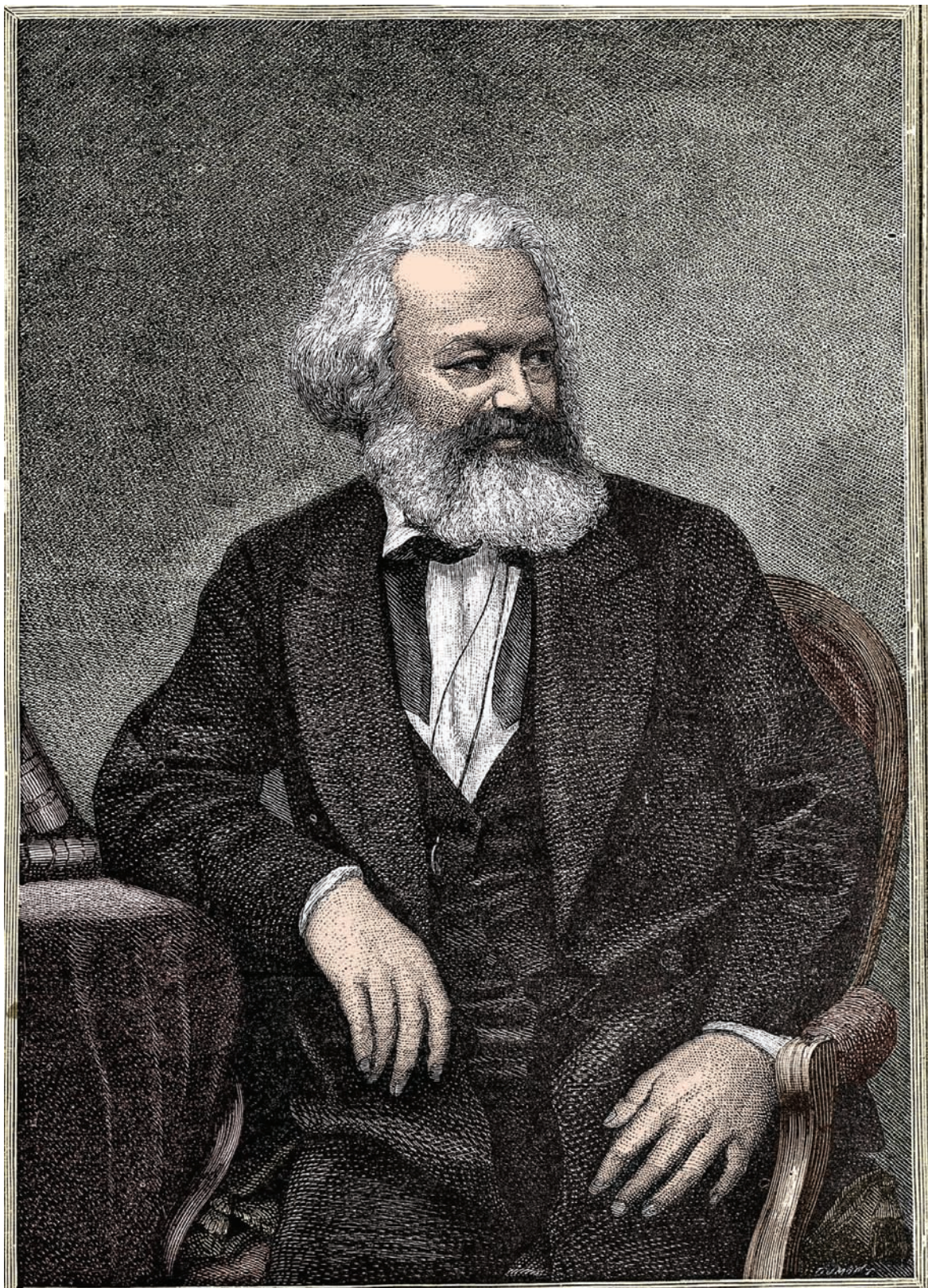
Produziu-se, desde a mudança do início dos anos 1980 até os dias atuais, um fenômeno duplo:

- uma verdadeira explosão do capital (e do capitalismo) a uma velocidade e magnitude desconhecidas em todos os períodos anteriores. Ela assentou-se em três fontes, que se unem e combinam:
 - a explosão repentina dos lucros das grandes firmas globalizadas diante da remuneração salarial;
 - a explosão do crédito, diante de um aumento do endividamento, tanto dos Estados quanto dos cidadãos (particularmente forte no caso dos Estados Unidos);

- e logicamente um aumento de amplitude excepcional do capital de aplicação financeira (capital de investimento aplicado nos mercados financeiros). É no seio desse tipo de capital que esses três aumentos substanciais se combinam. Não nos esqueçamos de que não se trata de um fenômeno de conjuntura (do tipo “bolha especulativa”), mas de um fenômeno estrutural que se desenvolveu durante quase um quarto de século graças à luta de classes conduzida pelo capital e com o apoio, acompanhado de uma permissividade política, dos principais governos capitalistas do mundo.
- ao contrário, *um empobrecimento tendencial do salariado e um estreitamento de sua base ativa* (no sentido de se ter um emprego assalariado). É necessário, por certo, distinguir as grandes regiões do mundo. Mas se me limito aos países ocidentais desenvolvidos, no seio dos quais o salariado era *a priori* o melhor organizado e, de longe, melhor remunerado, esse fenômeno duplo começou fortemente ao longo dos anos 1980, para desembocar em sua primeira crise econômica, de curta duração, em 1991, tendo depois se acalmado, mas com *a oscilação de um empobrecimento relativo a um empobrecimento absoluto*, tudo isso sobre um fundo permanente de desemprego e de precariedade duráveis (que foi a forma tomada pelo estreitamento tendencial da base ativa do salariado). Não devemos, contudo, nos limitar somente aos assalariados ativos. O salariado forma um todo. Ora precisamente, do ponto de vista do capital, os assalariados inativos (os desempregados, os aposentados, o tempo não trabalhado dos precários e mesmo os jovens que prolongam claramente a duração de seus estudos) são um peso, um simples custo, um empecilho, já que sociologicamente falando, e no seio da relação global capital-trabalho, *o salariado forma realmente um todo*, com uma barreira porosa entre as diversas situações (o ativo que se torna desempregado, o desempregado que encontra um emprego, constantemente pior remunerado do que antes etc.) e, felizmente, uma solidariedade familiar que encarna *essa unidade sociológica do salariado* (é quando ela falta que a situação das pessoas se torna mais grave).

Por que essa disjunção gera crise?

Poderíamos evocar uma crise banal de superacumulação de capital e de superprodução, característica das crises clássicas. Mas a situação é muito mais grave que isso e mais estrutural. Nos países mais desenvolvidos, não houve insuficiência significativa de consumo, nem sinais de superprodução, salvo no último período, quando a crise explodiu em pleno dia. De um lado, o salariado defendeu seu poder de compra, graças, em parte, ao endividamento e, onde quer que ainda existam, graças aos mecanismos de redistribuição social, com serviços quase gratuitos nascidos no período em que o sistema de proteção social foi instalado e completado, conjuntamente com o enfraquecimento notável desse sistema, com ajudas específicas aos mais pobres (RMI [Revenu Moyen d’Insertion] por exemplo, RSA [Revenu de Solidarité Active], com direito de acesso aos cuidados



Karl Marx (1818-1883).

para todos etc.⁵). Por sua vez, e sobretudo, a parte dominante do capital não foi mais investida produtivamente, prevenindo-se, de alguma forma, o risco maciço de superprodução, promulgando uma regra de valorização do capital (taxa de lucro) muito mais elevada que em outros períodos do capitalismo. Em outras palavras, a verdadeira profundidade da crise (ou da tendência a um desmoronamento), instalada já no meio dos anos 1980, reside em uma grande disjunção na evolução respectiva do capital e do trabalho e, sobretudo, em um estreitamento da base do trabalho produtivo comparado à magnitude do capital em vista da alta deste último e dos níveis das taxas de lucros requeridas pelo ator dominante, os fundos de investimento,⁶ que se impuseram como novos padrões em todo planeta. Dizendo de outro modo, o aumento repentino do capital, dominado por sua fração especulativa, foi separado e, em termos relativos,⁷ desconectado de sua única fonte de valorização: o trabalho assalariado. A questão das oportunidades, no âmbito do consumo, tornou-se atualmente real, mas é claramente secundária e recente. Gostaria de me deter num aspecto técnico, indispensável para compreender este fenômeno. Instalou-se, ainda no meio dos anos 1980, *uma porosidade e uma fluidez completa entre todas as funções da moeda*.

Para esquematizar, a moeda exerce cinco grandes funções: meio de troca (compreendendo a compra da força de trabalho como mercadoria, encarnada pelo salário), meio de financiamento, meio de crédito, objeto de entesouramento e capital de aplicação financeira. Essas funções podem ser separadas institucionalmente e atribuídas a diferentes sistemas de atores. Ora, no mundo do pós-guerra mundial, nenhuma barreira mais foi instalada entre o meio de troca e, logo de pagamento, o meio de crédito e o meio de financiamento. Tomemos o exemplo banal do salário. Na grande maioria dos casos (limite-me novamente aos países capitalistas desenvolvidos), o salário é regularmente depositado em uma conta bancária. Mas rapidamente, e somente por esse motivo, o salário se transforma... em capital! Ele entra no capital de crédito do banco que tentará frutificá-lo graças às taxas de juros dos créditos. O salário toma forma dupla: para o assalariado, fica um salário, portanto um meio de troca e de existência; para o banqueiro, ele torna-se um capital! O entesouramento continua a existir, simbolizado pelo famoso “pé-de-meia”, mas ele mesmo se modificará e será amplamente absorvido pelo capital de aplicação financeira (já que a prática do pé-de-meia, prática de precaução e de segurança, mas que só tem sentido se a inflação continuar quase nula, permanece nada desprezível na França! Nós o vimos quando da chegada do euro!). Tudo isso acabou por se generalizar após 1945 (mesmo se, é preciso notar, esse sistema já existia antes). Mas o fato novo é que, institucionalmente, a partir de textos de lei (em 1985 na França, medida tomada por Bérégovoy), a separação entre a moeda, qualquer que seja a sua função de partida, e sua função de capital de aplicação financeira foi abolida. *Colocou-se no lugar uma capacidade de transformação e uma fluidez completa em todas as funções da moeda*. Não somente o dinheiro pode ser a todo momento

transformado em capital (logo em uma soma de dinheiro buscando ampliar-se e remunerar-se pelo lucro), mas todos os capitais-dinheiro podem transformar-se em capital de aplicação financeira, e a atração deste último tornou-se considerável, já que é na esfera desse capital (que chamamos, de maneira não rigorosa, de capital financeiro por conta dos mercados ditos financeiros) que as taxas de lucros são maiores, durante muito tempo extraídas do aumento do valor das ações. Retomemos o caso banal, mas denso, do depósito de um salário em uma conta bancária. O que o banco faz?

De um lado, ele incita o assalariado a colocar a poupança por ele formada progressivamente em carteiras de ações atreladas (não é mais o caso!!!) a níveis de remuneração muito atraentes. O salário poupado transforma-se então... em capital de aplicação financeira, não sob o controle do assalariado, mas sob o controle do banco que criou um departamento financeiro e possui acesso direto às “salas de mercado”. É a poupança que alcança uma dupla face: para o assalariado, uma proteção e, se possível, um crescimento de seu pagamento. E para o banqueiro, um lucro financeiro (adquirido dessa vez não sobre as taxas de juro, mas sobre o diferencial do rendimento entre o que vai beneficiar o assalariado, transformado em “pequeno investidor da bolsa”, e o que o banco ganhará nos mercados financeiros). Estamos falando de volumes de dinheiro consideráveis.

Essa fluidez completa entre as diferentes funções e aspectos da moeda, com o duplo processo:

- de transformação de um meio de troca em capital;
- e da possibilidade generalizada de fazer convergir uma parte dos capitais para o capital de aplicação financeira (o capital dito financeiro), com outra parte continuando necessária para financiar os investimentos reais das empresas, graças ao crédito, mas sabendo que, desde a mudança dos anos 1980, o investimento produtivo continuou em níveis muito medianos, quando não fracos, de modo nenhum condizente com a explosão do capital disponível, e isso, graças a essa possibilidade de transformar tudo em capital de aplicação financeira, *é essencial compreender*. Ele afeta também diretamente as grandes firmas globalizadas que, sem passar pelos bancos (técnica conhecida como desintermediação), criaram seu próprio departamento financeiro e acessam, então, diretamente os mercados financeiros e destinam uma parte substancial de seu lucro para estes últimos. Eis por que falo de desconexão entre capital e trabalho assalariado.

Limite-me aqui ao mecanismo central.

Eu poderia e deveria evocar em paralelo o enorme mercado especulativo que se formou em torno da extração de matérias primárias e do mercado de energia (os lucros das companhias de petróleo aparecem dentre os mais elevados do mundo). E ainda outros fenômenos que possuem o mesmo sentido. Chego, contudo, à caracterização central da crise: nossa análise reduziu-se a

seu início, mas, depois de um quarto de século de evolução e de uma forma estruturalmente inscrita nas características desse novo período do capitalismo, encontramos *uma massa de capital disponível, que necessitava, como todo capital, ser valorizada, mas não só isso: ela necessita ser valorizada tendo como norma taxas de lucros muito elevadas, de uma forma muito desmedida e em descompasso com aquilo que permanece sendo a única fonte real de valorização: o trabalho assalariado*. Deveríamos somar a isso todos os lucros nascidos da especulação sobre os preços das matérias primárias e da energia, lucros que se assimilam a uma renda e culminam num funcionamento muito parecido com o dos mercados financeiros. Esses lucros podem ser consideráveis durante certo período – o que deixa os países petrolíferos, dentre os maiores credores do mundo, e as companhias de petróleo dentre as mais ricas do mundo –, mas eles podem ver sua renovação se enfraquecer bruscamente assim que uma crise econômica se apresenta. É o que acontece neste momento com o desmoronamento do preço do petróleo. Produziu-se uma disjunção enorme entre o crescimento rápido, constante e considerável do capital, tomado por um capital de investimento de essência especulativa, de um lado, e de outro, o empobrecimento relativo num primeiro momento, absoluto em outro, do salariado (compreendendo todos os componentes reais do salariado: aposentados, desempregados, precários e, de certo modo, os jovens ainda em estudos), acompanhado de um estreitamento da base do trabalho assalariado.

Se a crise, como crise, foi e é tão brutal e violenta, é porque essa situação cria uma tendência imanente à forte desvalorização e destruição do capital. E porque aparecem, ao mesmo tempo, efeitos profundamente depressivos, nascidos do empobrecimento, agora absoluto, da maioria da população. E se essa crise, fundamentalmente econômica, quer dizer, sobressaída do próprio funcionamento da economia capitalista, com todas as características do novo período, começou nos mercados financeiros, é porque é para eles, há anos, que convergem todas as formas de capital, *a moeda como instrumento de aplicação financeira e logo de especulação, atraindo todas as outras formas de uso da moeda*.

Precisamos pensar nisso: as instituições bancárias, os departamentos financeiros das grandes empresas, os próprios mercados financeiros atraíram, por dezenas de anos e em escala mundial, somas consideráveis, a cada dia, a cada instante. Funcionaram como um tipo de *grande máquina de absorver os pagamentos e a poupança em escala planetária!* Quando dizemos que, desde que a crise explodiu, mais de mil bilhões de dólares viraram fumaça, somente nos mercados financeiros (e isso continua), é preciso levar essa informação a sério. Ela é, sem dúvida, séria desse lado da realidade, pois a destruição do capital está à altura de sua massa.

O caso dos países emergentes

Poderíamos objetar que a expressão “estreitamento do trabalho assalariado” é falsa, considerando o real desenvolvimento do salariado nos países do

Terceiro Mundo. Primeiramente, podemos pensar seriamente que, sem esse fenômeno, a crise teria explodido mais cedo. As bolhas especulativas e a crise já no começo dos anos 1990 eram sinais que prenunciavam isso.

Em seguida, precisamos compreender esse fenômeno em toda a sua complexidade. Partamos das deslocalizações: há muitos estudos sobre esse fenômeno que foi muito difundido. E todos minimizam sua real dimensão: as deslocalizações ocorrem dentro de um número limitado de ramos da economia (com esses dois polos emblemáticos que são o têxtil e de confecção de roupas nos países asiáticos e os serviços de informática na Índia). As estatísticas são formais: a maioria das trocas comerciais, dos resgates de empresas e das implantações no estrangeiro são constantes entre países desenvolvidos (incluindo doravante os países emergentes), e isso, claramente, nos ramos mais estratégicos e dinâmicos. Jogando refletores nas deslocalizações do Terceiro Mundo, as mídias dão uma imagem falsa e constantemente patrióticas da realidade. Por sua vez, essas deslocalizações, seja como realidade, seja como ameaça, contribuíram e contribuem sempre para alimentar outro fenômeno: o empobrecimento, puxando para baixo a situação dos trabalhadores nos países capitalistas centrais.

O verdadeiro fenômeno, de longe o mais importante, é aquele da chegada dos países emergentes no cenário mundial. *Os países emergentes, dentre os quais consideramos antes de tudo a China, a Índia, o Brasil, a Coreia do Sul e um conjunto de pequenos países asiáticos, são incontestavelmente aqueles em que o crescimento econômico foi o mais forte nos últimos dez anos.* De certo modo, se deixamos de lado o caso da China, eles obtêm sua revanche. Depois de ter sofrido uma grave crise financeira na Ásia (da qual eles souberam tirar lições, tornando-se mais independentes do capital financeiro anglo-saxão), depois de terem sido, no caso dos mais endividados, vítimas de decisões arbitrárias por parte do FMI ao adotar medidas draconianas de saneamento, que fizeram mal à situação das populações e só tiveram o efeito de fazer desses países zonas de aterrissagem de firmas e bancos globalizados, esses países invertem a relação de força. Eles tornaram-se credores dos Estados Unidos e claros exportadores, não somente de mercadorias, mas agora também de capitais. Tornaram-se inquestionáveis competidores em quase todos os campos, muito além dos setores “deslocalizados” pelos baixos custos de sua mão-de-obra.

A China é um caso à parte, por causa de seu regime político, mas é ao mesmo tempo o mais emblemático da força adquirida pelos países emergentes. É mesmo um caso único no mundo: o Produto Interno Bruto da China tem uma progressão anual média de 8% a 10% há mais de 20 anos. Algo jamais visto! Não há, provavelmente, nenhum precedente histórico!

Qual é a relação disso com a crise?

Primeiramente, levando-os em consideração é que podemos compreender *por que a explosão da crise foi retardada.* Eles representavam, de longe, o polo forte do dinamismo no seio do capitalismo mundial, sem esquecer que eram

ao mesmo tempo locais de acolhida para as firmas ocidentais globalizadas (mas com um papel de fiscalização do Estado nesses países e um desejo nítido de se beneficiar de transferências tecnológicas e de desenvolver suas próprias empresas globalizadas). Retardamento da eclosão da crise, portanto.

Em seguida, quando falamos desses países, em particular os maiores dentre eles, não devemos jamais esquecer que a palavra “país” é enganosa. *São, antes de tudo, as megalópoles desses países que tiveram um crescimento muito rápido.* Ora, essas megalópoles só abrangem uma pequena parte do território, e o reverso do cenário é um aumento vertiginoso das desigualdades sociais e uma marginalização das populações rurais ou suburbanas que passam constantemente da pobreza à miséria. A extensão de um salariado integrado no capitalismo mundial é, portanto, bastante relativa. Isso atinge apenas uma parte claramente minoritária da população desses países.

Enfim, sabemos, a favor de um crescimento muito rápido e anárquico nessas megalópoles ou nas grandes zonas de agricultura de exportação (ou destinadas ao agrocombustível, como o exemplo do Brasil), *todas as taras do modelo do desenvolvimento capitalista foram desenvolvidas de modo quase caricatural.* São desastres ecológicos, culturais e sociais (deixemos de lado a Coreia, que é, neste ponto, uma país muito particular, com um nível de educação dos mais elevados do mundo).

Considerando os diferentes aspectos, os países emergentes não são de forma alguma uma solução para a crise. Ao contrário, a rapidez do desenvolvimento de seu poder (econômico e financeiro) colocou sob tensão todo o capitalismo mundial, fazendo surgir importantes correntes na divisão de capitais e de mercados, com, no caso da China, um poder de fogo financeiro inédito. Depois de ter retardado o início da crise, eles acabaram por exacerbá-la e eles próprios estão em crise atualmente. Por isso, relativamente à massa de capitais – que esses países emergentes fizeram crescer muito rapidamente –, é de rigor dizer que houve um franco *estreitamento do trabalho assalariado e do consumo solvável em escala mundial* e que a batalha para “ter um lugar ao sol” jamais foi tão intensa.

A crise do ponto de vista de uma alternativa ao capitalismo

Eu aponte: vivemos há quase um quarto de século sob a empreitada de uma ofensiva permanente e forte (política, ideológica, econômica etc.) do capital e as forças representativas do salariado estão claramente na defensiva. A crise atual abre uma brecha inédita: de repente a política do capital aparece, não somente não estando mais à altura, mas sendo a origem dessa crise. *Uma séria brecha foi aberta em sua armadura.*

Diante da análise dessa crise – de forte desestabilização, para não dizer de desmoronamento – do capitalismo, há *duas posturas possíveis.*

A primeira é, se assim podemos dizer, retomar a bandeira de defesa do salariado, aproveitar a brecha para redirecionar o rumo. Isso está longe de ser absurdo e é mesmo em parte necessário. Haveria muito o que dizer e fazer a

respeito do nível dos salários, a reconstrução de um sistema de proteção social, a luta contra o desemprego, a renacionalização dos bancos, a plena utilização, contracíclica, de empresas públicas (mesmo tendo de inverter os processos absurdos de privatização) etc.

Essa postura, porém, nos fecha na relação capital-trabalho e *cria a ilusão de poder fazer girar a roda da história ao contrário*. Essa postura é necessária, mas apenas a curto prazo e sob outra perspectiva.

A segunda é de colocar-se de fora e para além da relação capital-trabalho assalariado, numa perspectiva de *superação do salariado* (que é a única postura revolucionária, no sentido rigoroso do termo). A questão é, então: na desestabilização atual, de maneira concreta e não utópica, aparecem fatores e germens dessa superação?

Acredito que sim.

Se admitimos que a causa central dessa desestabilização reside no aumento do capital no plano mundial e no empobrecimento das populações e na marginalização econômica da maioria desses, logo vemos aparecer *duas pistas*:

A supressão tendencial do salariado

Nada de capital sem trabalho assalariado: essa é uma contribuição simples, mas essencial de Marx. Se suprimimos, tendencialmente, o caráter assalariado do trabalho, enfraquecemos seriamente o poder do capital. Já que o capital, sob a forma de dinheiro, vira fumaça, com uma enorme destruição das riquezas monetárias, é legítimo atacá-lo... em sua fonte.

Irrealista? Não.

Consideremos *três aspectos* dessa questão:

- O primeiro é que um cidadão (e não mais um simples assalariado) terá espontaneamente tendência a investir em sua atividade profissional desde que ele veja que essa proporciona serviços úteis à comunidade de outros cidadãos (os indivíduos associados dos quais falava Marx) e que ele é parte importante da definição deste serviço. O quadro sinistro da crise atual lhe dá legitimidade para se sublevar contra o fardo da opressão salarial e engajar-se em sua atividade concreta, mas considerando-a de uma nova maneira, orientando de outro jeito as finalidades e os meios de sua atividade profissional. Todas as pesquisas sérias das empresas mostram que, há muitos anos, *a questão do “serviço” emerge*, englobando as empresas privadas. O contraste preciso entre um capital que, após ter aumentado, vira fumaça (e esse capital que vira fumaça é do trabalho real ou potencial que é destruído) e o enorme campo de possibilidades e necessidades de produzir serviço, de dar serviço, quer dizer de concorrer, a partir de seu profissionalismo e seu direito à palavra sobre os objetivos de suas ações, a uma transformação positiva do modo de vida, incita a audácia nesse ponto. O processo está maduro e, já que a questão da privatização dos Correios [na França] está em pauta, trata-se de uma formidável ocasião para fazer desse um caso em-

blemático! De certa maneira, a questão dos serviços públicos, não de sua defesa (pois o serviço público tinha e tem sempre uma definição estatal, absolutamente autogestora), mas de *sua reinvenção*, ultrapassa as empresas públicas. Ela concerne a todas as empresas, públicas ou privadas. Ela remete, insisto, à invenção pessoal e coletiva de novos modos de vida.

• A questão, concreta e real, do empobrecimento, leva logicamente as pessoas a apertarem o cinto e, eventualmente, a se mobilizarem para redirecionar seu poder de compra. Mas a solução mais profunda para o empobrecimento não está em sua simétrica inversa: o enriquecimento. Muitas pessoas atualmente empobrecem por diversos motivos: pela baixa do seu salário real, pela queda do curso das ações que elas compraram, pelo crédito a reembolsar, pela diminuição dos serviços públicos gratuitos e, atualmente, por um aumento inquestionável da tributação. As pessoas não pedem para enriquecer. *Elas pedem para bem-viver, viver bem*. Contestar o salariado, a condição de assalariado, é sair do círculo no qual a pessoa é lançada numa corrida sem fim para vender sua força de trabalho segundo uma remuneração mais elevada ou ao menos decente. Mas não é, para cada um dentre nós, um objetivo. Paremos de correr e encaremos a questão, pessoal e coletivamente: o que é viver bem? E viver bem em conjunto? Poderíamos quase dizer: *o que é viver, aproveitar a vida?* Voltar à vida, muito mais do que se perder na atmosfera esfumada e abstrata das salas de mercado! O desejo de viver, de viver bem, de viver plenamente não é uma utopia para amanhã. *É uma aspiração evidente e ainda maior quando se instala o “malviver”*. Ela é onipresente na juventude. Descer da abstração do capital em direção ao desejo de viver, concretamente, agora. Aqui, não é uma questão de cidadania. É outra questão: a do retorno à corporeidade e à finitude de todo ser humano, a seus gostos e desejos, de forma civilizada, quer dizer no quadro do viver junto e do respeito ao outro.

Enfim, podemos considerar um terceiro aspecto da saída tendencial do salariado: a questão da emancipação. Por definição, o *status* de assalariado indica uma subordinação ao empregador. Mas o que vemos, normalmente, é uma subordinação, não a um empregador, mas a um sistema tão obscuro que ninguém mais sabe realmente quem é seu verdadeiro patrão! Bem, tomando ao pé da letra: se não sabemos mais quem é o patrão, então ele é inútil, um longínquo capitalista e parasita enredado em uma crise financeira que não compreende e não domina mais. Tornar-se livre é algo simples: *desenvolver e exercer seu poder de ação, sua iniciativa, com inteligência, discernimento, conhecimento, cultura, generosidade*. Esse poder não é uma abstração: ele existe e só pede para se desenvolver. E aqui não se trata mais simplesmente nem da questão da cidadania, nem da questão do bem-viver, mas da questão de um campo de ação que consiga fazer uma síntese. E onde está este campo de ação? No modo e estilo de vida que somos capazes de inventar, pois temos os recursos, o poder, o gosto, a necessidade. *Inventar novos modos de vida*, eis aqui o provável ponto culminante da saída do salariado

e do exercício da democracia. Não poderíamos nos esquecer de que a questão da saída do salariado já é presente em uma série de situações em que as pessoas age, sem por isso encontrar-se numa relação salarial. Um poeta age, um pintor age, um membro voluntário de uma associação age, um militante age. Já existe uma profusão de ações e de criações que se situam “fora do salariado”. Foi isso que gerou o formidável interesse da luta [na França] dos profissionais temporários das artes do espetáculo: definir uma situação que proporcione a segurança e as entradas “normais” de dinheiro, portanto momentos de assalariamento, mas que cubram ao mesmo tempo períodos de recursos pessoais, artísticos ou técnicos, financiados pelo seguro-desemprego. Idem para a luta dos pesquisadores. O que é um pesquisador senão um trabalhador intermitente que usa em boa parte seu tempo “livre”.

A questão ecológica como questão presente na crise

Seria falso dizer que, em si, a questão ecológica foi um dos motores da crise atual. E desde que a crise se tornou aberta e grave, a questão ecológica foi colocada entre parênteses por governantes, especialistas, pessoas das mídias etc.

Encontramos, profusamente, uma ode ao crescimento

Essa ode, é preciso estar lúcido, não é falsa. A economia capitalista precisa de crescimento, e, se podemos dizer, o “social assalariado” (e, portanto, capitalista) também precisa de crescimento. A General Motors, que faliu, já apresenta um número considerável de assalariados que se encontram desempregados. Quando tentamos adicionar todas as milhares de supressões de emprego que já foram realizadas ou anunciadas nos Estados Unidos, dá vertigem! O “social” que depende do “saliariado” e o “crescimento econômico” não são uma abstração. Podemos dizer que estamos, como ecologistas, encurralados, não mais nos discursos ou nas ações locais, mas diante das ações de grande magnitude. O caso atual da situação no setor automobilístico é particularmente interessante. Pois o que vimos surgir engloba até mesmo os meios de administração do Estado. Um raciocínio quase de bom senso: se o Estado (portanto, os contribuintes) deve empregar somas consideráveis para salvar as grandes montadoras, deve também *condicionar esses auxílios* à produção (enfim!) de veículos ecologicamente limpos. Objetamos logo que isso levará tempo, pois passa por uma ativação de trabalhos de pesquisa. Por certo, não é muito cedo! Mas o tempo é precisamente uma dimensão da vida humana sobre a qual precisamos aprender a pensar. O que a ecologia nos ensinou é que existem decisões urgentes a tomar agora, mesmo que seus efeitos só encontrem a plenitude (essa verdade é negativa, mas é positiva também) em médio prazo. E depois, temos que deixar espaço para a imaginação! Guardei uma forte lembrança de uma visita aos canteiros navais, ocupados e autogeridos durante a Revolução dos Cravos em Lisboa: eles fabricavam cadeiras para equipar e modernizar as salas de aula dos municípios dos arredores de Lisboa!

A propósito dos mercados financeiros e da financeirização

Se existe um campo bem fácil de tratar, desde que todos os governos encurralados na mesma crise ajam em conjunto, é esse.

Algumas medidas de bom senso:

- O fechamento das bolsas, mantendo em contrapartida um mercado de obrigações, que é simplesmente um mercado de concessão de créditos, mercado que continua indispensável desde que regulado de perto. Por sua vez, as bolsas são organismos completamente parasitários. Buscar regulá-los é pura ilusão: peça, então, a um especulador profissional que pare de especular! Todo o mundo sabe que as empresas não cotadas na bolsa é que são as mais sólidas.
- O fechamento de todos os departamentos “de investimento” das grandes firmas e dos bancos, o que é evidente, a palavra “investimentos”, eu já disse, não é rigorosa, já que são, na realidade, departamentos de gestão de capitais de investimentos, capitais de aplicação financeira que vêm amputar as verdadeiras capacidades de investimentos. Confundimos “investimentos” (na produção) e “investimentos” (nas finanças).
- A verdadeira nacionalização dos bancos. Isso também, é evidente, para se resgatar uma política de crédito, mas cortando todo elo, toda transformação possível entre meio de crédito e capital de aplicação financeira. Para os poupadores, transformação dos planos que contêm ações ou títulos equivalentes em planos que contenham obrigações.
- A implantação de financiamentos de longo prazo para todos os projetos voltados para a ecologia. O nível pode ser tanto local como mundial, pois os fenômenos ecológicos são multiformes e devem ser conduzidos em diferentes níveis de responsabilidade.
- Enfim, e de forma mais fundamental, desenvolver uma “economia da gratuidade”, que não é mais uma economia no sentido estreito do termo, mas um meio de acesso aos serviços e de trocas entre eles (as modalidades podendo variar de acordo com os tipos de serviço), do nível local ao nível mundial.

Conclusão

Tentar compreender essa crise, essa desestabilização do capitalismo e pensar em alternativas nos conduz a duas atitudes. Elas não são exclusivas uma em relação à outra. Soluções que atenuam os desgastes sociais são sempre melhores que a falta de solução. Não podemos pensar de forma dogmática. Contudo, espero ter mostrado que é preciso sair da falsa simetria entre trabalho assalariado e capital, ter a audácia de ultrapassar o horizonte limitado do salariado. E que melhor ocasião para isso do que a enorme desestabilização que vivemos? O que pareceria estranho ou puramente utópico num tempo “normal” pode ganhar, de repente, uma nova ressonância. Mas, em razão disso, distanciamos-nos das soluções da esquerda tradicional.

Paris, 21 de novembro de 2008.

Notas

- 1 É a crítica que Marx faz a Adam Smith quanto à definição deste último de “trabalho produtivo”.
- 2 Deixarei de lado um aspecto bastante importante: o do pequeno campesinato que, como se sabe, não faz parte diretamente dos assalariados, embora seja fortemente afetado pelo capitalismo. Deixarei de lado simplesmente por não ter me tornado competente no assunto.
- 3 É mecânico: a partir de determinado limiar de redistribuição, a velocidade diminui por si só. Os assalariados precisam perceber um salário!
- 4 De autoria da então ministra do Trabalho, Martine Aubry, a lei, que entrou em vigor no ano 2000, reduziu a jornada semanal de 39 horas para 35 horas, com o objetivo de criar novos empregos, reaquecer a economia e combater o desemprego. A fim de minimizar reações negativas, o governo francês prometia conceder benefícios fiscais às empresas que as adotassem. (N. T.)
- 5 ORMI, ou renda média de inserção, é um auxílio do governo francês a pessoas sem recursos. O RSA, ou renda de solidariedade ativa, é um complemento de renda para trabalhadores pobres e um auxílio social mínimo para indivíduos que não trabalham. Vem sendo adotado em alguns departamentos franceses a título experimental para substituir o RMI. (N. T.)
- 6 Chamá-los de “investidores” ou de “fundos de investimento” é um equívoco!
“O termo em francês é *capital de placement*, para o qual não há uma tradução exata em português. A tradução literal nos levaria a falar em *capital de aplicação*. Contudo, além de ser muito genérico, o termo é estranho ao linguajar econômico-financeiro no Brasil. Outra possibilidade seria *capital de investimento*, mas o termo é dúbio porque o investimento pode se dar tanto em ativos reais quanto em ativos financeiros. Haveria ainda o termo *capital portador de juros*, o qual, no entanto, pertence ao jargão marxista e só caberia num artigo predominantemente teórico que explicitamente abraçasse essa visão. Como o autor explicitamente rejeita o termo *capital financeiro*, que seria talvez a melhor alternativa, optou-se por uma tradução menos sintética – *capital de aplicação financeira* –, porém mais fiel ao sentido com que o autor emprega o termo. (Nota da Revisão Técnica.)
- 7 Essa desconexão não pode ser absoluta, do contrário... o capital deixaria de existir!

Philippe Zarifian é professor de Sociologia na Universidade de Marne-la-Vallée (UMLV), França. É pesquisador no Laboratório GTM (Gênero, Trabalho e Mobilidade), França, desde abril de 2005. É autor do livro *O modelo da competência, trajetória histórica, desafios atuais e propostas*, publicado no Brasil em 2004 pela Editora Senac.

@ – prénom.nom@wanadoo.fr

Tradução de Ligia F. Ferreira. Revisão Técnica de Leda Paulani. O original em francês – “Une crise du capitalisme inédite, tant dans ses caractères que dans sa gravité: analyse et perspectives” – encontra-se à disposição do leitor no IEA-USP para eventual consulta.